****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 193, Ano 62 Quarta-feira.**

**11 de Outubro de 2017**

**Gabinete do Prefeito, pág. 09**

**PORTARIA 297, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, usando

das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Designar a senhora ELIANE OSTROWSKI, RF 816.756.7,

para, no período de 16 de outubro a 04 de novembro de 2017,

substituir o senhor ARLINTON NAKAZAWA, RF 770.244.2, no

cargo de Chefe de Gabinete, símbolo CHG, da Chefia de Gabinete

- CHG, da Secretaria Municipal da Fazenda, à vista de seu

impedimento legal, por férias.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de

outubro de 2017, 464° da fundação de São Paulo.

JOÃO DORIA, Prefeito

**Gabinete do Prefeito, pág. 10**

**PORTARIA 299, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, usando

das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Designar o senhor FABIO AUGUSTO MARTINS LEPIQUE, RF

753.010.2, para, com opção pela remuneração do cargo que

titulariza, nos dias 12 e 13 de outubro de 2017, substituir o

senhor BRUNO COVAS LOPES, RF 838.364.2, no cargo de Secretário

Municipal, referência SM, da Secretaria Municipal das

Prefeituras Regionais.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de

outubro de 2017, 464° da fundação de São Paulo.

JOÃO DORIA, Prefeito

**PORTARIA 300, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, usando

das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Designar o senhor FABIO AUGUSTO MARTINS LEPIQUE, RF

753.010.2, para, no período de 14 a 24 de outubro de 2017,

substituir o senhor BRUNO COVAS LOPES, RF 838.364.2, no

cargo de Secretário Municipal, referência SM, da Secretaria

Municipal das Prefeituras Regionais, em virtude de seu afastamento

para empreender viagem a Paris (França) para participar

do “Programa d’invitation des personalités d’avenir” e do

“Fifth Annual CityLab: Urban Solutions to Global Challenges

Gathering in Paris”.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 10 de

outubro de 2017, 464° da fundação de São Paulo.

JOÃO DORIA, Prefeito

**Secretarias, pág. 11**

**PORTARIA 1753, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário do Governo

Municipal, no uso da competência que lhe foi conferida pelo

Decreto 53.692, de 8.1.2013,

RESOLVE:

Exonerar, a partir de 10.10.2017, o senhor EMERSON

RENAN CORDEIRO GARCIA, RG 46.638.733-7, do cargo de Coordenador

I, Ref. DAS-11, da Coordenação de Biblioteca e Banco

de Dados, do Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes,

da Diretoria de Ensino, Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana

de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal

de Trabalho e Empreendedorismo, constante da Lei 16.115/15 e

do Decreto 56.071/15.

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL, aos 10 de outubro de 2017.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário do Governo Municipal

**Secretarias, pág. 12**

**TÍTULO DE NOMEAÇÃO 986, DE 10 DE OUTUBRO DE 2017**

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário do Governo

Municipal, no uso da competência que lhe foi conferida pelo

Decreto 53.692, de 8.1.2013,

RESOLVE:

Nomear o senhor ALEXSSANDRO CASSARE MARTINS, RG

22.397.404-3-SSP/SP, para exercer o cargo de Coordenador I,

Ref. DAS-11, da Coordenação de Biblioteca e Banco de Dados,

do Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes, da Diretoria

de Ensino, Pesquisa e Cultura, da Fundação Paulistana

de Educação, Tecnologia e Cultura, da Secretaria Municipal de

Trabalho e Empreendedorismo, constante da Lei 16.115/15 e do

Decreto 56.071/15.

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL, aos 10 de outubro de 2017.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário do Governo Municipal

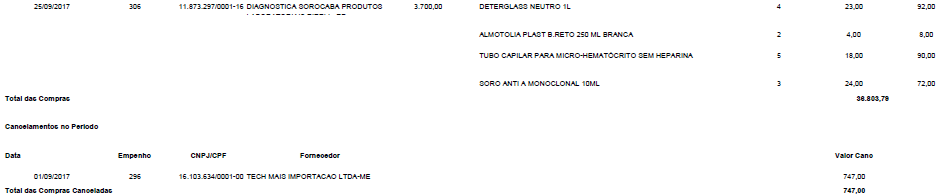
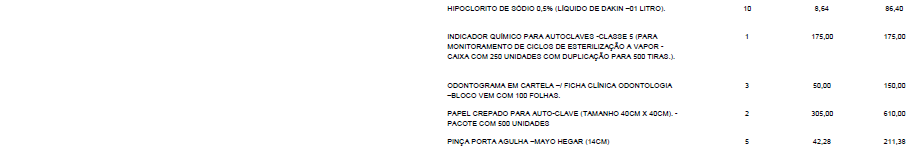
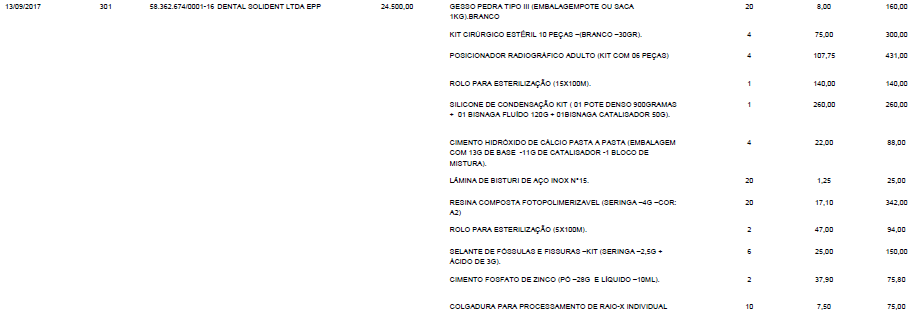
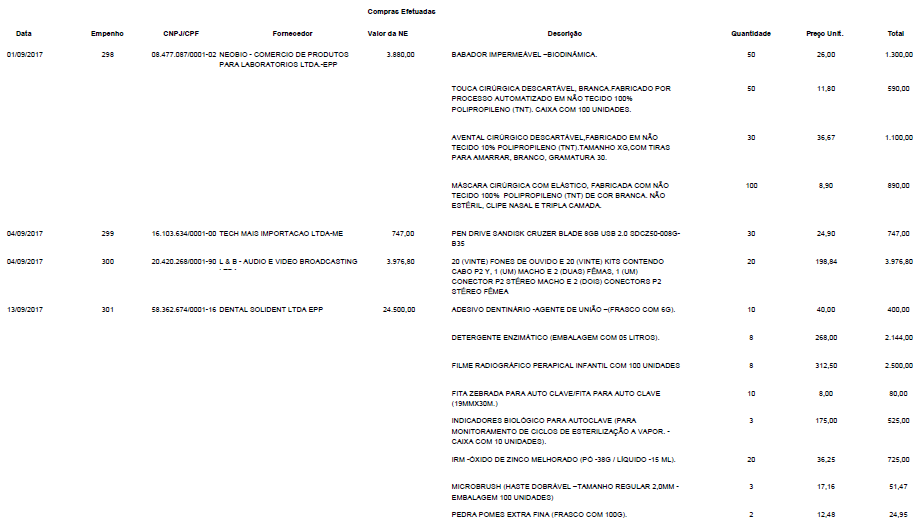
**Editais, pág. 77**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**Relatório de Compras Efetuadas e Serviços Contratados**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUC. TECNOLOGIA E CULTURA**



**Licitações, pág. 91**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA**

**PA 8110.2017/0000181-7**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA.

ASSUNTO: Locação de um aparelho purificador de água a

ser instalado na sede da Fundação Paulistana, com fornecimento

de água nas temperaturas Natural e Gelada e capacidade

para atender uma demanda de até 50 pessoas. Dispensa de

licitação. Cotação eletrônica deserta.

I – No uso das atribuições que me foram conferidas por lei

e demais elementos do presente, em especial a manifestação

da Assessoria Técnico-Jurídica desta Fundação (SEI 4924841)

e com fulcro no artigo 24, inciso II da Lei Federal 8666/93,

combinado com o disposto na Lei Municipal n. 13.278/2002,

regulamentada pelo Decreto Municipal n. 44.279/2003 e Decreto

Municipal nº 54.102/2013, AUTORIZO a contratação direta

da sociedade empresária BRASFILTER INDUSTRIA E COMERCIO

LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 53.437.406/0001-00., para

celebração de contrato de locação de um aparelho purificador

de água a ser instalado na sede da Fundação Paulistana, com

fornecimento de água nas temperaturas Natural e Gelada e

capacidade para atender uma demanda de até 50 pessoas na

sede da Fundação Paulistana, pelo prazo de 12 (doze) meses,

pelo valor global de R$ 600,00 (seiscentos reais).

II – Em consequência, fica autorizada a emissão das respectivas

notas de empenho e liquidação e pagamento, onerando a

dotação 80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.39.00.00 do presente

exercício, devendo onerar dotação própria no exercício seguinte.

III – Fica designado como fiscal do contrato Celso Varella

- RG: 5.210.536-2 e como suplente Ivie Macedo Sousa - RG:

44.288.733-4

**DO PROCESSO2017-0.127.337-0**

COMUNICADO

A Comissão de Seleção do Edital de Chamamento para Celebração

de Termo de Fomento nº1/2017 instituída pelo Edital

Fundação Paulistana nº1/2017, publicado em 16 de agosto de

2017, comunica que houve interposição de recurso por parte da

Organização Não Governamental de Proteção Ambiental, CNPJ

02.326.390/0001-10 no dia 10/10/2017 contra a classificação

prévia das instituições proponentes, julgada pela Comissão de

Seleção. Sendo assim, está aberto o prazo para apresentação

de contrarrazões nos termos do Art.28 do Decreto nº 57.575

de 29 de Dezembro de 2016. O prazo é de 5 (cinco) dias úteis,

contados a partir da publicação deste comunicado no Diário

Oficial da Cidade. O processo se encontra disponível para vistas

na Avenida São João, 473 - 6º andar, no horário das 10h às 12h

e das 14h às 17h.

**Tribunal de contas, 116**

**PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO**

**VICE-PRESIDENTE MAURÍCIO FARIA**

**Revisor Conselheiro Domingos Dissei**

**3) TC 1.522/13-80** – Sersil Transportes Ltda. – Secretaria Municipal

de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (atual Secretaria

Municipal de Trabalho e Empreendedorismo) – Representação

em face do Pregão Presencial 002/SDTE/2013, cujo

objeto é a contratação de empresa especializada para prestação

de serviços de transporte com veículos, incluindo motorista

e combustível, de quilometragem livre **ACÓRDÃO**: "Vistos, relatados

englobadamente os TCs 1.522/13-80 e 1.741/13-14 e discutidos

estes autos, dos quais é Relator o Conselheiro Maurício

Faria. Acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município

de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório

e voto do Relator, em conhecer da representação apresentada,

uma vez que preenchidos seus pressupostos de

admissibilidade, conforme o disposto no art. 113, § 1º, da Lei

Federal 8.666/93, bem como no artigo 55 do Regimento Interno

desta Corte. Acordam, ademais, à unanimidade, quanto ao mérito,

em declarar a perda superveniente do objeto, na medida em

que a Origem procedeu à correção da irregularidade questionada,

republicando o edital com a expressa vedação de participação

de cooperativas no certame. Acordam, ainda, à unanimidade,

em determinar a remessa de ofício à representante e à

representada, conforme determina o artigo 58 do Regimento

Interno desta Casa, com o posterior arquivamento dos autos.

**Relatório e voto englobados**: v. TC 1.741/13-14. Participaram

do julgamento os Conselheiros Domingos Dissei – Revisor, Edson

Simões e João Antonio. Presente o Procurador Chefe da Fazenda

Carlos José Galvão. Plenário Conselheiro Paulo Planet

Buarque, 30 de agosto de 2017. a) Roberto Braguim – Presidente;

a) Maurício Faria – Relator." **4) TC 1.741/13-14** – Sindicato

das Cooperativas de Transportes do Estado de São Paulo – Secretaria

Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

(atual Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo)

– Representação em face do Pregão Presencial 002/

SDTE/2013, cujo objeto é a contratação de empresa especializada

para prestação de serviços de transporte com veículos, incluindo

motorista e combustível, de quilometragem livre **ACÓRDÃO**:

"Vistos, relatados englobadamente os TCs 1.522/13-80 e

1.741/13-14 e discutidos estes autos, dos quais é Relator o

Conselheiro Maurício Faria. Acordam os Conselheiros do Tribunal

de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de

conformidade com o relatório e voto do Relator, em conhecer

da representação apresentada, uma vez que preenchidos seus

pressupostos de admissibilidade, conforme o disposto no art.

113, § 1º, da Lei Federal 8.666/93, bem como no artigo 55 do

Regimento Interno desta Corte. Acordam, ainda, à unanimidade,

quanto ao mérito, em julgá-la: - improcedente a primeira questão

apresentada, referente à vedação de participação de cooperativas

no certame, diante da natureza dos serviços licitados,

aliada às regras pelas quais são os mesmos executados, que

evidenciam estado de subordinação e habitualidade, caracterizando

a excepcionalidade contida no § 1º do artigo 1º da Lei

Municipal 15.944/13. - procedente a outra questão abordada,

no que tange à impossibilidade de utilização de veículos locados

na execução do objeto. Acordam, afinal, à unanimidade, em

determinar a remessa de ofício ao representante e à representada,

conforme determina o artigo 58 do Regimento Interno desta

Casa, com o posterior arquivamento dos autos. **Relatório englobado**:

Em julgamento os processos TCs 1.522/13-80 e

1.741/13-14, que tratam, respectivamente, das Representações

apresentadas por Sersil Transportes Ltda. e pelo SINDICOOP –

Sindicato das Cooperativas de Transportes do Estado de São

Paulo em face do Edital de Pregão Presencial 002/2013, deflagrado

pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e

Empreendedorismo, cujo objeto é a prestação de serviços de

transporte com veículos, incluindo motorista e combustível. A

análise da Subsecretaria de Fiscalização e Controle concluiu

pela procedência da Representação apresentada por Sersil

Transportes Ltda. - TC 1.522/13-80, na medida em que as características

dos serviços licitados – subordinação e habitualidade

(subitens 1.4 e 2.17 do Anexo II e 6.17 do Anexo VI do Edital),

próprias da relação de emprego, não permitiriam a participação

de cooperativas no certame, nos termos do art. 1º do Decreto

Municipal 52.091/2011. A Origem, devidamente intimada, apresentou

seus esclarecimentos defendendo a participação de cooperativas

no certame, nos termos previstos no Edital. Diante da

posição pacificada no âmbito desta Corte, acerca do impedimento

de participação de Cooperativas quando o objeto licitado

apresentar características de subordinação e dependência, e

visualizando indício de irregularidade capaz de comprometer o

certame, foi determinada a suspensão do procedimento, objetivando

o aperfeiçoamento do instrumento convocatório, medida

referendada à unanimidade na 2.679ª Sessão Ordinária. A Assessoria

Jurídica de Controle Externo opinou pelo conhecimento

da Representação, tendo em vista o preenchimento dos pressupostos

de admissibilidade e, no mérito, pela sua procedência,

destacando seu posicionamento reiterado sobre a matéria em

destaque. A Procuradoria da Fazenda Municipal, valendo-se da

manifestação da Origem e da presunção de legalidade do ato

administrativo, requereu o conhecimento da Representação e a

decretação de sua total improcedência. A Secretaria Geral opinou

pelo conhecimento da Representação e perda de seu objeto,

em virtude da efetiva alteração do Edital pela Origem, o que

restou comprovado pela reabertura do procedimento licitatório

com a vedação de participação de cooperativas, conforme consignado

em nova Representação apresentada pelo Sindicato

das Cooperativas de Transporte do Estado de São Paulo, autuada

no TC 1.741/13-14. Com efeito, foram apresentadas duas

Representações, de idêntico teor, uma delas acompanhada de

cópia de Edital, pelo Sindicato das Cooperativas de Transporte

do Estado de São Paulo, insurgindo-se contra a reabertura do

procedimento licitatório em questão, nessa oportunidade com a

vedação de participação de cooperativas, o que acabou por indicar

o acatamento pela Origem do posicionamento desta Corte,

apesar da ausência de autorização formal para prosseguimento

do certame. Dessa maneira, tendo sido considerada a

iniciativa da Origem um mero mal entendido, foi autorizado

formalmente o prosseguimento do certame, com alerta acerca

da observância estrita dos procedimentos de retomada de licitação

suspensa por esta Corte, medida referendada à unanimidade

na 2.680ª Sessão Ordinária. A Representação apresentada

pelo Sindicato das Cooperativas de Transporte do Estado de São

Paulo, além insurgir-se contra a vedação de participação de cooperativas

no certame, requereu a exclusão do subitem 6.6.2 do

edital, que previa a possibilidade de utilização de veículos locados

pela futura Contratada, por caracterizar a subcontratação

de parte do objeto, o que se mostrava expressamente vedado

pelo subitem 6.3 do instrumento convocatório. A suspensão do

procedimento requerida pela Representante foi indeferida em

sede de juízo liminar e sem prejuízo do exame posterior com a

completa instrução do feito. A análise da Especializada concluiu

pela procedência parcial da Representação, acatando apenas o

argumento relativo à impossibilidade de utilização de veículos

locados pela futura Contratada, por caracterizar subcontratação

de parte do objeto, diante de sua expressa vedação prevista no

subitem 6.3 do edital. A Origem e a Pregoeira apresentaram

seus esclarecimentos defendendo as disposições do Edital, os

quais a Auditoria entendeu não terem sido capazes de alterar

sua posição anterior, nessa oportunidade, ratificada. Instada a

se manifestar, a Assessoria Jurídica de Controle Externo posicionou-

se pelo conhecimento da Representação e, no mérito, pela

sua procedência parcial apenas quanto à impossibilidade de

utilização de veículos locados. No mesmo sentido entendeu a

Secretaria Geral, opinando pelo conhecimento e parcial provimento

da Representação. A Procuradoria da Fazenda Municipal

requereu fosse julgada improcedente a Representação, ou mesmo

prejudicada, em razão da notícia de adjudicação e homologação

do objeto do certame. É o relatório. **Voto englobado**:

Conheço das Representações apresentadas pela empresa Sersil

Transportes Ltda. e pelo Sindicato das Cooperativas de Transporte

do Estado de São Paulo, vez que preenchidos seus pressupostos

de admissibilidade, conforme o disposto no art. 113, parágrafo

1º da Lei Federal 8.666/93 **(Nota 04)**, bem como no art.

55 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de

São Paulo **(Nota 05)**. No mérito, no que respeita à Representação

apresentada pela empresa Sersil Transportes Ltda. - TC

1.522/13-80, voto pela perda de seu objeto, na medida em que

a Origem procedeu à correção da irregularidade questionada,

republicando o edital com a expressa vedação de participação

de cooperativas no certame. Quanto à Representação apresentada

pelo Sindicato das Cooperativas de Transporte do Estado

de São Paulo - TC 1.741/13-14, em face da versão republicada

do Edital, a primeira questão apresentada, referente à vedação

de participação de cooperativas no certame, fica afastada, diante

da natureza dos serviços licitados, aliada às regras pelas

quais são os mesmos executados, que evidenciam estado de

subordinação e habitualidade, caracterizando a excepcionalidade

contida no § 1º do artigo 1º da Lei Municipal 15.944/13.

Destaco que este Tribunal tem se posicionado pelo impedimento

de participação de cooperativas em certames com objeto similar,

quando a descrição do serviço configurar uma prestação

com características de subordinação e habitualidade no gerenciamento

das atividades dos motoristas, restando, assim, incompatível

a participação das mesmas. Nesse sentido, TCs 1.264/15-

59; 2.014/14-46; 2.089/14-45; 1.324/13-17 e 1.222/13-47. A

outra questão abordada reporta à possibilidade de locação de

veículos na execução contratual, frente à vedação expressa de

subcontratação do objeto no instrumento convocatório. Nesse

sentido, ainda que se pudesse admitir a possibilidade, em princípio,

da execução do objeto contratual por meio de veículos

locados, na medida em que o objeto contemplaria, além do

próprio fornecimento dos veículos, o fornecimento de motoristas,

combustível e manutenção, mesmo que em menor dimensão,

não configurando a subcontratação integral e a mera intermediação

por parte da empresa vencedora do certame, verifico

que o edital previu a vedação de subcontratação no todo ou em

parte do objeto, acabando por gerar um conflito entre as regras

previstas nos subitens 6.2.2 e 6.3 do instrumento convocatório,

o qual não pode deixar de ser reconhecido, mesmo diante da

notícia do término do certame e celebração do contrato. A vista

do exposto, voto pelo conhecimento das Representações apresentadas,

por presentes seus requisitos de admissibilidade e, no

mérito, pela perda superveniente do objeto da Representação

formulada pela empresa Sersil Transportes Ltda. - TC 1.522/13-

80, em razão da alteração do edital efetivada pela Origem e

pela procedência parcial da Representação formulada pelo Sindicato

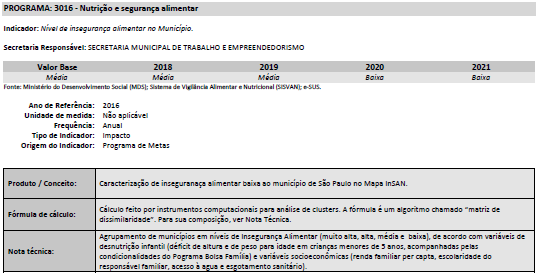
das Cooperativas de Transporte do Estado de São Paulo -

TC 1.741/13-14, no que respeita à impossibilidade de utilização

de veículos locados na execução do objeto. Envie-se cópia do

presente julgado aos interessados. Após, arquivem-se os autos.

**Suplemento, pág. 51**



**Suplemento, pág. 52**

